



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais
Município de Tomar

ACTA Nº 14

Ana Celeste Sousa
Melo

No dia dezoito de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, no edifício sito na Rua Major Ferreira do Amaral, nº 9, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Tomar (São João Batista e Santa Maria dos Olivais) em sessão ordinária com a ordem de trabalhos constante da respetiva convocatória.

Presidiu à sessão a Presidente da Mesa, Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, coadjuvada pelo 1º Secretário António Francisco Tavares Martins e 2ª Secretária Ana Maria dos Pereiros Marmelo da Silva, todos eleitos pelo PS.

Feita a chamada verificou-se encontrarem-se presentes todos os membros da assembleia de freguesia, com as justificações apresentadas e substituições solicitadas de acordo com a lista eleita bem como todos os membros de Junta de Freguesia.

Pelo Partido CHEGA – Américo José Gomes Assunção.

Coligação CDS-PP-MPT-PPM- Coligação “Tomar Queremos Responder” – António Gabriel Simão de Castro, que tomou posse nesta sessão.

PSD – Alexandre Gabriel Mateus Horta, Cristina Alexandra Duarte Brito Alves, Joaquim Dias Palricas, José António Fernandes Ferreira e Miguel José Costa Coelho Rodrigues.

PS – Rui Manuel Alegria Bugalhão, Sílvia Catarina Henriques de Sousa e Ricardo António Ribeiro Simões,

Presentes, também todos os elementos do órgão executivo e os técnicos consultores da CIYHALL, Dr. João Oliveira responsável para elaboração do Relatório de Gestão e o Dr. Luis Cadete responsável pela elaboração do Inventário.

No início da sessão tomou posse António Gabriel Simão de Castro (CDS).

A abrir a sessão a Presidente da Mesa Celeste Sousa (PS) após saudar os participantes nesta assembleia e o público presente deu a palavra ao Presidente da Junta Augusto Barros (PS) o qual fez a apresentação dos técnicos consultores acima referidos, que participam nesta assembleia para prestarem esclarecimentos da sua especialidade em matéria de prestação de contas e de inventário.

Seguidamente entrou-se no **período de intervenção do público**, tendo usado da palavra Paulo Alexandre Melo para comunicar que na zona da rua António Duarte Faustino abriu-se um buraco no pavimento no dia 14 de Março, o qual continua por tapar tendo já provocado danos num veículo.

Dada a palavra ao Presidente da Junta Augusto Barros (PS) este disse que foi avisado hoje à tarde e que amanhã tratará do assunto de modo a que o buraco seja suprimido com aplicação de massa betuminosa pelos serviços da câmara ou em alternativa com a aplicação de tout-venant pela Junta.

Passou-se então ao **PAOD – Período Antes da Ordem do Dia.**

Joaquim Palricas (PSD) manifestou a preocupação dos pais e encarregados de educação relativamente às obras que vão decorrer no jardim de Infância da escola Dr. Raul Lopes, pois ignoram como será feita a acomodação das actividades durante as obras. Também manifestou preocupação pelo facto de o projecto prever a redução de duas turmas (cerca de 40 alunos) não obstante a Carta Social preconizar que tais equipamentos sejam aumentados na respectiva capacidade.

Em resposta a Presidente da Mesa Celeste Sousa (PS) informou que estão a ser dados alguns passos, que explicou. Disse que aquele espaço deveria ter sido remodelado há muito tempo, pois apresenta anomalias diversas. Informou ainda que está projectado não apenas o jardim de infância mas também uma creche pública. Esclareceu ter reunido na passada 2ª Feira, com a equipa de obras da autarquia e que está marcada uma reunião de pais para a próxima 2ª feira, dia 22 de abril para serem dadas informações sobre os espaços a utilizar nos próximos dois anos lectivos e como se irão organizar. Referiu que o tempo de duração da obra será cerca de 2 anos, pelo menos.

Face à insistência de Joaquim Palricas (PSD) relativa ao aumento da oferta face ao preconizado na Carta Social, Celeste Sousa (PS) respondeu que no concelho de Tomar não há falta de lugares/vagas para o pré-escolar.

No uso da palavra Miguel Rodrigues (PSD) questionou a Junta pelo facto de junto ao cruzamento de Valdonas uma caixa de visita de saneamento estar a deitar fora. Questionou ainda qual o ponto da situação relativa à cimentação das bermas em Valdonas e Juncais, que já na sessão de Setembro se disse estar prevista.

Em resposta Augusto Barros (PS) disse relativamente à caixa de visita que não se trata de fluidos de saneamento mas sim de águas pluviais que se introduziram nos colectores. Que esteve lá com o engenheiro responsável da obra, o qual esclareceu que aquelas águas têm mesmo de sair porque o sistema de saneamento ainda não está ligado e que a situação só normalizará quando todas as bombas elevatórias estiverem a trabalhar.

Quanto ao revestimento das bermas e valetas afirmou que ele esteve para ser orçamentado na obra de saneamento mas acabou por não o ser, tendo-se decidido que será feito pela câmara em colaboração com a Junta, esclarecendo todavia que a freguesia só vai assumir a parte das obras que não exige trabalhos de maior profundidade, nomeadamente nestas duas obras de Valdonas e de Juncais. Esclareceu ainda que a empresa que está a executar o saneamento é fiscalizada pela Tejoambiente.

Alexandre Horta (PSD) perguntou que informações há sobre o protocolo que foi assinado com as freguesias e sobre a entrega de kits de incêndio.

Em resposta Augusto Barros (PS) disse que nem a Junta urbana nem a da freguesia da Madalena foram abrangidas por esse protocolo por serem consideradas de baixo risco de incêndio. A Junta participou sim no Conselho Municipal de Segurança e Protecção Civil, em acções que decorreram no Politécnico e nos bombeiros, tendo sido incumbida apenas de actividade de vigilância e de comunicação aos bombeiros, não ao nível de ser apetrechada com equipamentos de combate a incêndios dado que apesar de estatisticamente ser a freguesia com maior número de ignições estas não têm tido grande desenvolvimento.

No seguimento Alexandre Horta (PSD) opinou que a Junta está a descurar um pouco este assunto e que deveria ser mais pro-activa, tanto mais que na área da freguesia se situa por exemplo a mata nacional dos 7 montes.

Augusto Barros (PS) acrescentou que a nível de acessos às viaturas de bombeiros a situação tem merecido toda a sua atenção desde o seu primeiro mandato na freguesia de S. João Batista.

Rui Bugalhão (PS) afirmou que a mata nacional dos 7 montes é da exclusiva responsabilidade do ICNF, que tem lá pessoal encarregado da manutenção e limpeza. Salientou que o Presidente da Junta é a autoridade máxima da protecção civil na área da freguesia e que o protocolo entre a protecção civil e as juntas de freguesia se baseia nas manchas florestais que existem e no número de ignições registadas no ano anterior.

Entrou-se de seguida no **Ponto 1 da Ordem de trabalhos: análise, discussão e votação das actas das duas últimas sessões, ordinária e extraordinária.**

Ninguém se tendo inscrito para intervir, foi posta à votação a acta da sessão ordinária, tendo sido aprovada por unanimidade dos habilitados.

Da mesma forma, ninguém se tendo inscrito para intervir, foi posta à votação a acta da sessão extraordinária, tendo sido provada por unanimidade dos habilitados.

Passou-se ao **Ponto 2 – Análise, discussão e votação da prestação de contas relativa ao ano de 2023**

Dada ao palavra ao Presidente da Junta Augusto Barros (PS) este salientou algumas das actividades mais relevantes do ano transacto.

Assim quanto à intervenção na Rua Caminho da Água das Maias disse que a obra se encontra finalizada e que conseguimos fazer esta obra por 212.000 euros não obstante ter havido quem dissesse que tal não seria possível por menos de 400.000 euros.

Quanto à festa dos tabuleiros disse que a freguesia gastou 53.000 euros com este evento, tendo recebido agora um apoio de cerca de 9.000 euros, esclarecendo que foi gasto mais do que aquilo que se previa porque não conseguimos a atribuição de mais pessoal por parte do Centro de Emprego.

Informou ainda que vai haver aumentos das remunerações com pessoal, como em toda a função pública, inclusivamente com a aplicação de retroactivos.

Finalmente mencionou ainda o contrato estabelecido com a câmara municipal relativo à limpeza da quase totalidade da área urbana que ainda estava sob a responsabilidade directa do município.

Alexandre Horta (PSD) congratulou-se pelo facto de termos aqui pela primeira vez uma equipa técnica a acompanhar os trabalhos desta assembleia e afirmou que tecnicamente o relatório em apreciação parece ser um bom documento, não obstante ter detectado duas gralhas, que explicitou.

Dada a palavra ao técnico consultor João Oliveira este informou que tais gralhas já tinham sido corrigidas na versão final do documento. Acrescentou que os valores da execução da receita e da despesa se aproximam das previsões, sendo da ordem dos 90% em ambos os casos. Disse ainda que a freguesia é uma entidade com pouca receita própria, dependendo das transferências do Estado e do Município e que as despesas com o pessoal são as de maior expressão.

Prof. Alexandre Horta
Meleu

Alexandre Horta (PSD) afirmou que a crítica da sua bancada ao documento vai para o aspecto político, acusando o executivo de falta de ambição e de proactividade e dizendo que o mais fácil é agarrar no dinheiro que recebemos do Estado e pelo Município e distribuí-lo pelos diversos itens da despesa. Concluiu que a actual gestão da Junta se limita a cumprir os mínimos.

Submetido a votação foi o documento aprovado com 8 votos a favor (PS+CDS+Chega) e 5 votos contra (PSD), este com a seguinte declaração de voto:

O Relatório de Gestão atual reflete o Orçamento de 2023, no qual se constata que a grande maioria das propostas apresentadas pelo PSD foram rejeitadas, o que demonstra, claramente, a falta de vontade do executivo em ouvir as forças políticas eleitas.

Mostra-se ainda evidente a postura de acomodação e falta de ambição do executivo, que se limitou a administrar as verbas transferidas pelo Estado e pelo Município, que perfazem 89% das receitas do ano, sem procurar alternativas ao cumprimento dos "serviços mínimo" exigidos.

Reitera-se a falta de clareza e transparência em relação às verbas e bens recebidos e distribuídos pela Junta, especialmente no que concerne à ação social. A alocação de Recursos para Ação Social, embora a tenham afirmado como uma das de maior importância, dos parcos 2500€ orçamentados apenas são executados 2200€, um investimento baixo face à importância apregoada pelo executivo.

É imprescindível a implementação de uma revisão das práticas atuais por forma a garantir que os recursos da União de Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais sejam utilizados de maneira mais eficaz.

Por todo o expendido, e considerando a importância de uma gestão transparente, inclusiva e ambiciosa que atenda às necessidades da população, a bancada do PSD votará contra o Relatório de Gestão de 2023.

Prosseguiu-se para o **Ponto 3 – Análise, discussão e votação do inventário**

De início Augusto Barros (PS) referiu que até há pouco tempo a elaboração anual do inventário estava a cargo de uma funcionária especialmente encarregada dessa tarefa e que face às objecções que foram sendo levantadas pela oposição no corrente ano se recorreu aos serviços de uma entidade externa.

Alexandre Horta (PSD) refutou a atitude do Presidente se justificar com a oposição para ter feito intervir uma entidade externa e sobre o documento em si manifestou estranheza pelo facto de no mapa divulgação cerca de metade dos itens serem constituídos por centenas de artigos abatidos há vários anos. Disse ainda não ser perceptível a ligação entre o mapa divulgação e o mapa síntese.

Dada a palavra ao técnico consultor Luís Cadete, este explicou que foi feito o arrolamento de todos os bens existentes no edifício de Santa Maria, no de S. João e nos estaleiros.

Disse ainda que o mapa está criado de tal forma que os bens da listagem são numerados sequencialmente, não sendo possível eliminar verbas abatidas; que o mapa divulgação não dá informação do valor global

do património; e que o mapa síntese agrupa por classes e por contas, não sendo possível estabelecer a ligação entre ambos os mapas. Esclareceu que no ano 2020 entrou em vigor o SNC-AP – Sistema Nacional de Contabilidade Administração Pública, substituindo a anterior regulamentação do POCAL e que o mapa que tem que ir para o Tribunal de Contas é o mapa divulgação, com todos os itens, mesmo os já abatidos.

Rui Bugalhão (PS) afirmou que o executivo está a trabalhar bem e hoje demonstrou-o aqui com a ajuda dos técnicos, concluindo que a Junta está de parabéns.

Submetido a votação foi o documento aprovado com 8 votos a favor (PS+CDS+Chega) e 5 abstenções (PSD).

Entrou-se então no **Ponto 4- Apreciação e Discussão da Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia**

José Ferreira (PSD) disse que no documento não vem mencionada a representação da Junta na Missão Continente, como também já tinha sucedido no ano anterior e que também não vem mencionada a verba angariada, acrescentando que a sua bancada iria entregar um requerimento a solicitar informações, o que veio a suceder no fim da reunião com a respectiva entrega à Mesa.

Joaquim Palricas (PSD) afirmou não lhe parecer correcto que o documento esteja reportado ao período iniciado em 1-11-2023 porque dessa forma abrange um período pertencente a outro ano civil.

Defendeu que seria elegante que as moções apresentadas pelo Presidente da Junta no congresso da Anafre fossem trazidas ao conhecimento da assembleia.

Questionou o Presidente da Junta quanto à reunião mencionada na página 10 relativa ao PDM: há queixas dos fregueses? O que resultou da reunião?

Disse ser imprópria a menção na páginas 15 dos rastreios cardio-vasculares sob a epígrafe “articulação e confirmação de vários artistas” uma vez que os enfermeiros não são artistas mas sim técnicos.

Augusto Barros (PS) disse não ser possível apresentar de antemão as moções da Anafre na assembleia, uma vez que só são elaboradas e conhecidas no momento das assembleias da Anafre; Quanto às reuniões do PDM respondeu que nas mesmas participa o membro da bancada do PSD Miguel Rodrigues, que possui até melhor informação técnica do que ele próprio.

Miguel Rodrigues (PSD) interveio para dizer que é coordenador da respectiva comissão, de que existem actas, mas que aqui está no papel de membro da assembleia.

Joaquim Palricas (PSD) dirigindo-se ao Presidente da Junta disse que este é que está no executivo e como tal é quem deve responder.

Finalmente passou-se ao **Ponto 5 – Outros assuntos.**

José Ferreira (PSD) reportando-se a palavras da Presidente da Mesa no início da reunião de que havia pouco público e louvando a comparência dos presentes, afirmou que a divulgação das assembleias é escassa e que a informação deveria ser partilhada nas redes sociais para se aumentar a participação do público.

Alexandre Horta (PSD) questionou quando se iniciarão as transmissões on-line da assembleia de freguesia. Notou ainda que na Rua D. Lopo Dias de Sousa há diversas tampas de esgoto desniveladas e que na Rua

André Amândio
Melky

de Leiria os carros estacionam em cima do passeio, dificultando a circulação de peões. Por último questionou como estão as obras do passadiço de S. Lourenço e em Carvalhos de Figueiredo.

O Presidente da Junta Augusto Barros (PS) informou que o último orçamento recebido para as transmissões on-line é de 560 euros por cada sessão, quantia que o executivo considerou excessiva pelo que decorrem diligências com vista à redução de tal custo. Considerou ainda que as pessoas com dificuldades de acesso às novas tecnologias não tiram proveito dessas transmissões e que de qualquer modo os assuntos tratados acabam por chegar à comunicação social, sendo a questão das transmissões levantada pela oposição mais show-off que outra coisa.

Disse ainda que as obras de ligação da Rua D. Lopo Dias de Sousa à Avenida do Hospital foram feitas em tempo record por causa da abertura de uma superfície comercial, não admirando que haja abatimentos. Quanto à circulação na Rua de Leiria o problema tem a ver com entrega e recolha de crianças do jardim-escola e vem-se arrastando, apesar de a polícia lá estar constantemente.

Relativamente ao passadiço informou que teve há dias uma reunião para se preparar a pavimentação, mas está ainda por resolver um problema na zona junto ao padrão, onde há dificuldade de estabelecer suportes de ferro de sustentação do passadiço. Relativamente à obra em Carvalhos de Figueiredo informou que a Junta tem andado a desobstruir as valas que os técnicos da EP – Estradas de Portugal diziam ser a causa da retenção das águas, esclarecendo que as linhas de água durante muitos anos foram tapadas pelos tractores que lavravam tudo até à estrada.

Alexandre Horta (PSD) interveio novamente para defender que a transmissão das sessões não é show-off, acrescentando que show-off é a apresentação que o senhor Presidente fez da máquina de aspirar, tendo o Presidente retorquido que se tratou de uma demonstração das capacidades da máquina para determinar o seu desempenho com vista à execução dos serviços a que a Junta se obrigou.

Joaquim Palricas (PSD) interveio novamente, para esclarecer que a rua de que há pouco se falava é a Fernando Lopes Graça, continuação da Rua D. Lopo Dias de Sousa.

José Ferreira (PSD) questionou se está prevista a verba destinada às despesas com as eleições europeias e se não terá de ser feita nesse âmbito uma alteração orçamental.

Augusto Barros (PS) novamente no uso da palavra referiu que o executivo é acusado de falta de ambição mas as obras estão à vista.

Rui Bugalhão (PS) afirmou que o investimento na máquina é um passo em frente e que um pouco de vaidade não fica mal à Junta, que tem dado boa conta das tarefas de limpeza urbana que assumiu.

Aproveitou também para apelar à participação na iniciativa marcada para o dia 24 às 21.30H no centro histórico, comemorativa da Revolução de Abril de 1974, de que foi distribuído o respectivo cartaz.

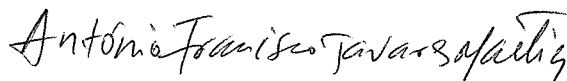
Por último interveio Américo Assunção (Chega) que a propósito da insinuação feita anteriormente pela bancada do PSD segundo a qual esta bancada estaria permanentemente atenta e activa, questionando a Junta e suscitando questões, comparativamente com a passividade de outras bancadas, referiu que a bancada do Chega não está a dormir e para comprovar isso vinha informar que o valor da verba angariada na missão Continente consta da página 28, sob a rubrica 904 do documento analisado, pelo que ter questionado o executivo sobre esse valor revela desatenção por parte da bancada do PSD.

Nada mais havendo a tratar, deu-se a sessão por encerrada pelas vinte e três horas e trinta minutos, da qual para constar foi lavrada a presente acta que, depois de aprovada, irá ser assinada pelos membros da Mesa.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,



O 1.º secretário de Mesa da Assembleia de Freguesia,



A 2.ª secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia,

